A EXPERIÊNCIA AUTISTA NA ACADEMIA: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL?

THE AUTISTIC EXPERIENCE IN ACADEMIA: A POSSIBLE RELATIONSHIP?

Giovanna C. O. Nicolau
ORCID 0000-0002-9944-8934
Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC
Florianópolis, Brasil
g.nicolau@posgrad.ufsc.br

Pablo de Assis
ORCID 0000-0002-5987-5771
Universidade Positivo, UP
Centro Universitário UniDomBosco, UNIDBSCO
Curitiba, Brasil
pablo@deassis.net.br

Gileade J. Braga dos Santos
Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC
Florianópolis, Brasil
gileade.braga@hotmail.com

Resumo. O presente artigo se configura como um ensaio teórico-metodológico de caráter qualitativo e decolonial, baseado nas auto-narrativas dos autores, buscando compreender e afirmar a experiência de pesquisadores autistas na academia. O objetivo é desconstruir a visão biomédica sobre o autismo e demonstrar a importância da presença autista para a produção científica. Como resultado deste ensaio, o trabalho propõe a articulação da neurodiversidade com os estudos feministas da deficiência e a teoria crip como um novo arcabouço metodológico para a pesquisa. A análise detalha como as características autistas (sensibilidade singular, padrões de pensamento e hiperfocos) se transformam em ferramentas de pesquisa neuroafirmativas, as quais questionam o ritmo e a estrutura colonial da academia, além de combaterem a fadiga de acesso. A conclusão é que a abertura de espaços para pesquisadores autistas é uma questão de justiça social e uma necessidade para a decolonização do saber e a emancipação autista no ensino superior.

Palavras-chave: Autismo; Deficiência; Pesquisa; Ensino Superior

Abstract. This article is a qualitative and decolonial theoretical-methodological essay, based on the authors' self-narratives, that seeks to understand and affirm the experience of autistic researchers in academia. Its objective is to deconstruct the biomedical view of autism and demonstrate the importance of the autistic presence for scientific production. As a result of this essay, the work proposes articulating neurodiversity with feminist disability studies and crip theory as a new methodological framework for research. The analysis details how autistic characteristics (singular sensitivity, thought patterns, and fixation) transform into neuroaffirmative research tools, which question the rhythm and colonial structure of academia and combat access fatigue. The conclusion is that opening spaces for autistic researchers is a matter of social justice and a necessity for the decolonization of knowledge and 'defiça' emancipation in higher education.

Keywords: Autism; Disability; Research; Higher Education

1. INTRODUÇÃO

> O perigo ao escrever é não fundir nossa experiência pessoal e visão do mundo com a realidade com nossa vida interior, nossa história, nossa economia e nossa visão. O que nos valida como seres humanos, nos valida como escritoras. (Anzaldúa, 2000, p. 233).

Começamos esse artigo com Gloria Anzaldúa, em que ela apresenta a escrita como um processo de construção das narrativas pessoais com as coletivas que envolvem as realidades dentro de sistemas. Muitos destes se colocam como regimes, opressores e ceifadores das potencialidades de escritas de pessoas oprimidas socialmente. É comum pessoas do terceiro mundo serem desvalorizadas em suas narrativas e precisarem lutar para ocuparem espaços, serem ouvidas e respeitadas, e por isso, o presente artigo se faz como um ato de reivindicação de direitos, mas também de compartilhamento da experiência autista dentro da academia.

Para iniciar os conceitos que darão base a esta pesquisa, colocamos em primeiro lugar o posicionamento da escrita em primeira pessoa, de forma a decolonizar discursos e passar a usar a experiência dos dois primeiros autores autistas como conhecimento ético-político (Anzaldúa, 2000; 2005). Essa escrita é para o afastamento do saber colonial, ocidental, branco, cis, neurotípico, para passar ao pensamento divergente de decolonial, latino, neurodivergente, defiça[1]. Segundo Anzaldúa (2005), a potência da escrita de uma pessoa autista é o movimento de afastamento de "padrões e objetivos estabelecidos, rumo a uma perspectiva mais ampla, que inclui em vez de excluir" (p. 706).

Nesse sentido, o presente trabalho se configura como um ensaio teórico-metodológico de caráter qualitativo e decolonial, alinhado à perspectiva da Pesquisa-COM (Moraes, 2010; Beche, 2024), que se baseia nas auto-narrativas e auto-experiências dos dois primeiros autores autistas como principal fonte de conhecimento ético-político. O objetivo central é decolonizar o saber acadêmico e desconstruir a visão biomédica do autismo. Desta forma, a metodologia adotada visa a proposição de um novo arcabouço teórico-metodológico que articula a neurodiversidade com os estudos feministas da deficiência e a teoria crip. Ao invés de um desenho empírico sistemático, o artigo assume a realidade vivida como a própria metodologia de pesquisa e referência (Freire, 1987; 1999), validando e emancipando as narrativas de grupos subalternizados (Beiras et al., 2017).

Desta forma, convergir a narrativa autista ao pensamento decolonial permite que as narrativas de autistas sejam protagonistas, saindo de uma história única (Adichie, 2015) contada por aqueles que detêm privilégio social. Estamos entendendo o pensamento decolonial pela perspectiva dos estudos feministas, principalmente os da deficiência, em que, após a sua segunda onda, e advindo de ativistas feministas da América Latina, dos becos, dos crip, inclui a deficiência como um marcador social para compreender os contextos e realidades humanas.

É mister fortalecer que o autismo é uma deficiência (Brasil, 2012), mas também uma neurodivergência, sendo crucial reconhecer essas duas dimensões para compreender a desvantagem social de existir como pessoa com deficiência e neurodivergente em uma sociedade excludente (Sheffer, 2019; Walker, 2021). A partir dessa posição, e considerando que o presente artigo é majoritariamente conduzido pela voz autista da autora principal, apoiada por um pesquisador autista e um pesquisador não-autista, o objetivo é justamente compartilhar essa experiência singular na academia. Isso se dá para repensarmos as formulações, estratégias e estruturas que excluem, visando incluir e validar experiências divergentes, de forma a produzir coalizões e emancipações defiças no ambiente acadêmico.

2. O ALISTA NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE AUTISMO

Encontrar o lugar de fala de uma pessoa autista na academia é desafiador. Existem regimes coloniais que se entrelaçam na relação modernidade-colonialidade (Curiel, 2020; Lugones, 2020). Modernidade como um paradigma europeu de conhecimento racional que foi elaborado como parte de uma estrutura de poder que implicava a dominação colonial europeia sobre o resto do mundo (Ferrari, 2020; McRuer, 2006). Esse paradigma expressou a colonialidade da estrutura de poder, sendo desenvolvido no contexto da colonização e da imposição do paradigma europeu de racionalidade-modernidade sobre o mundo conhecido.

A modernidade-colonialidade tem seu alcance destrutivo que permeia as narrativas de pessoas colonizadas até a atualidade. Um exemplo do público-alvo deste artigo são as mulheres autistas, que são colocadas à margem quando possuem maior dificuldade de serem identificadas como autistas ou de receberem o diagnóstico médico de TEA. A camuflagem

[1]"A palavra 'defiça' tem sido amplamente utilizada por muitos ativistas com deficiência, como autoidentificação. É uma abreviação carinhosa de 'deficiente' por este ter caráter ambíguo de substantivo ou adjetivo, ao passo que 'defiça' aniquila a adjetivação e torna-se apenas substantivo, reforçando a identificação com um marcador da diferença positivado" (Mello, Aydos & Schuchi, 2022, p. 8).

social, como apontam Harmens, Sedgwick e Hobson (2022), Hull et al. (2020), Petrides e Mandy (2020) e Piterman (2022), é um fator que pode dificultar o diagnóstico de autismo em mulheres e sua consequente exclusão por regimes coloniais.

A ideia de que mulheres possuem maior capacidade de adaptação social, camuflando traços autistas, levanta preocupações sobre a perpetuação da dominação e colonização social. Alguns estudos, como os de Baron-Cohen et al. (2011; 2015), exploram a diferença entre cérebros femininos e masculinos, buscando relacionar níveis de androgeno à "proteção" contra características autistas. Essa linha de pensamento, no entanto, pode contribuir para a subnotificação do autismo em mulheres, reforçando a ideia de que o autismo se manifesta de forma diferente em cada gênero e dificultando o acolhimento às mulheres autistas.

Harmens, Sedgewick e Hobson (2022) abordam como as técnicas e metodologias utilizadas para explicar a dificuldade em identificar o autismo em mulheres podem estar, na verdade, reforçando a ideia de que o corpo feminino é naturalmente mais adaptável. Essa perspectiva, criticada pelos estudos sociais da deficiência, ignora a diversidade de experiências e perpetua a padronização de corpos e práticas eugenistas. Essa crítica se estende à maneira como os estudos sobre autismo são conduzidos, frequentemente utilizando homens como padrão e negligenciando as experiências de grupos marginalizados e oprimidos, como mulheres e outras minorias. A pesquisa em autismo precisa ser mais inclusiva e considerar as diferentes maneiras pelas quais o autismo se manifesta em diferentes grupos, levando em conta as realidades sociais e culturais que moldam essas experiências.

Todavia, a comparação do autismo entre gêneros é uma prática moderno-colonial quando coloca o regime de normalização de corpos e estes corpos, principalmente os de homens. Davis (2016) aponta as diferenças entre homens e mulheres, negros e brancos, classe alta e baixa, quando existe a desproporção de privilégios sociais atribuídos aos diferentes grupos sociais. Por este caminho, o modelo médico de deficiência, dominante na modernidade e moldado por perspectivas ocidentais, frequentemente enquadra o autismo como um déficit a ser corrigido dentro do modo de produção capitalista (Chapman, 2023). Essa perspectiva se alinha com a lógica colonial de classificar e hierarquizar corpos e mentes, estabelecendo uma norma universal (branca, cisgênera, heterossexual, neurotípica) e posicionando aqueles que se desviam dela como inferiores (Nicolau, Gesser & Moraes, 2025).

O regime de gênero molda as lógicas de saberes, conhecimento e poder, concentrando-os em grupos que conseguem navegar a sociedade sem experimentar violências, prejuízos ou sofrimentos ético-políticos decorrentes de desvantagens sociais. Nessa linha, Lugones (2020) critica o sistema de gênero colonial/moderno, mostrando como ele perpetua a opressão, especialmente de mulheres não brancas que vivem no Sul Global. Essa crítica ao moderno-colonial e a outros regimes coloniais encontra um paralelo crucial nos estudos feministas da deficiência. Assim como o feminismo visa desconstruir a 'norma masculina' hegemônica, os estudos feministas da deficiência questionam a 'norma corporal' que define corpos e mentes considerados 'capazes' como superiores. A exclusão de pessoas com deficiência da vida social e política reforça essa lógica colonial de classificação e hierarquização, manifestando-se tanto na opressão de gênero quanto na discriminação contra pessoas com deficiência.

Além do regime de gênero, outro que se apresenta é o próprio capitalismo que influencia este primeiro. Dentro dos estudos de Ochy Curiel (2020) e María Lugones (2020), é enfatizado que a teoria decolonial, ao analisar a geopolítica global, expõe como o sistema capitalista neoliberal perpetua hierarquias de poder que oprimem e marginalizam grupos historicamente excluídos, incluindo pessoas com deficiência. A colonialidade, enquanto mecanismo de dominação que se mantém presente na atualidade, impõe uma lógica de classificação e hierarquização que repercute em diversos âmbitos, desde a esfera social e racial até a experiência individual dos corpos.

Por este caminho, o neoliberalismo também compactua com as normatividades de corpos quando individualiza sujeitos. O sistema capitalista neoliberal, com sua ênfase na produtividade, competitividade e meritocracia, reforça a exclusão de pessoas com deficiência. Além de defender a primazia do mercado como mecanismo de regulação social e aposta na desregulamentação da economia e na privatização de serviços públicos como soluções para problemas sociais (Gesser & Moraes, 2023). Essa visão coloca o mercado como ator central, promovendo a ideia de que a busca por lucro individual e a livre concorrência conduzem naturalmente ao progresso e ao bem-estar coletivo.

O neoliberalismo intensifica as desigualdades sociais, concentrando renda e poder nas mãos de uma minoria, a qual dá ênfase ao crescimento econômico às custas de grupos mais vulneráveis. E, dentro da perspectiva desta pesquisa, entender o processo de produtividade dentro de espaços de Ensino Superior coloca autistas em posições de colonizados com sistemas que desvalorizam o seu ritmo, tempo, sensibilidades e interesses especiais quando vão produzir suas pesquisas e materiais acadêmicos.

Nessa perspectiva, Beche (2024) destaca um ponto crucial: os estudos sobre deficiência, e especificamente os sobre autismo, são majoritariamente produzidos por pessoas alistas (não-autistas). Estes, por sua vez, são atravessados pelos privilégios sociais de quem coloniza e têm suas narrativas validadas, principalmente por performarem a neuronormatividade exigida (Walker, 2021). Permitindo o espaço de construção de conhecimento alista sobre autismo, impacta e corrobora na continuidade da colonização autista. Com isso, se gera uma maior dificuldade da inserção, entrada e acolhimento de autistas dentro da academia, principalmente por não performarem a neuronormatividade exigida para estar nesse espaço.

Desta forma, os sistemas capitalista e neoliberal adentram com tamanha força para fazer com que autistas se encaixem aos moldes neurotípicos, e aqueles que não conseguirem são convidados a se retirar; e essa é uma experiência que, como um homem e uma mulher pesquisadores autistas, compartilhamos ser algo recorrente. Por isso, a importância de que possa existir o espaço e a construção deste COM autistas, sendo COMpanheiros (Beche, 2024), pesquisando COM autistas (Moraes, 2010), de forma a decolonizar o espaço acadêmico universitário.

3. SER AUTISTA NO ENSINO SUPERIOR, UMA RELAÇÃO POSSÍVEL?

Um pensamento em comum nos atravessou quando adentramos a graduação de Psicologia: como vamos conseguir construir uma pesquisa sem experiência prévia? E Zanella (2013) vem com o alento e a possibilidade de vínculo à teoria decolonial. Esta, ao desconstruir hierarquias de saber e poder, oferece lentes importantes para repensarmos a pesquisa realizada por autistas no ensino superior, rompendo com a colonialidade do saber que historicamente silencia suas vozes e experiências.

A tradição de pesquisa em autismo, muitas vezes pautada por uma perspectiva biomédica e deficitária, tende a enquadrar o autismo como um conjunto de déficits a serem corrigidos, ignorando as experiências, perspectivas e saberes autistas (Nicolau, Gesser & Moraes, 2025; Nicolau & Assis, 2023). Experiências autísticas são a potência de conhecimento fora da lógica colonial, ocidental e moderna (Anzaldúa, 2005), que as situa como os objetos de pesquisa. A partir disso, reconhecer as problemáticas que levam aos objetos é algo fundamental, pois este processo impulsiona a mente humana pela necessidade de compreender e de transformar a realidade (Laville & Dionne, 1999).

Essa valorização da experiência autista permite explorar formas únicas de organização mental. Pesquisas indicam que pessoas autistas podem organizar o pensamento por temas, um conceito chamado de "tropismo" (Mirra, 2023; Murray, 2018). Quando o foco se volta a um único tema, temos o monotropismo; para múltiplos temas, politropismo; e para uma visão integrada ou indiferenciada, o holotropismo. Entender essas variações ajuda a reconhecer a

neurodiversidade, pois diferentes mentes funcionam de formas distintas. Essa organização cerebral está ligada a características como hiperfocos, interesses especiais e estímulos mentais repetitivos (*stims*), que podem ser transformados em ferramentas para a produção de conhecimento acadêmico.

O hiperfoco, os interesses especiais e os estímulos mentais repetitivos (*stims*) podem influenciar a forma como autistas realizam pesquisas. O hiperfoco acontece quando o cérebro, em busca de regulação e prazer, concentra toda a sua atenção em um único tema de forma muito intensa. Essa característica permite que pesquisadores autistas se dediquem profundamente aos seus objetos de estudo, organizando informações e desenvolvendo o trabalho de uma maneira diferente e muitas vezes mais detalhada que pessoas não-autistas (alistas).

Por exemplo, pode ser com uma música, onde a pessoa autista coloca aquela mesma música para tocar em *looping* enquanto trabalha, para conseguir focar no trabalho através da dopamina dessa música; ou com uma comida, pois a pessoa só vai conseguir comer e/ou fazer essa atividade se for através desse foco alimentar. Ao unir a função executiva com o monotropismo, por exemplo, é uma maneira de conseguir executar tarefas através desse hiperfoco.

Além do hiperfoco, temos o interesse especial, que é uma característica marcante da mente autista. Ele funciona como uma busca por segurança, onde o autista se dedica a conhecer profundamente tudo sobre um tema específico, seja um assunto, uma atividade ou um lugar. Como o mundo pode ser muito estimulante e confuso, focar em um interesse principal serve como um filtro natural: o que não está ligado a esse tema fica em segundo plano. Na prática acadêmica, isso se torna uma ferramenta de pesquisa, por exemplo, pois permite que o pesquisador navegue pelo excesso de informações com mais facilidade, usando seu interesse especial como um guia para organizar e aprofundar seus estudos.

O *stim* mental é uma estereotipia, ou seja, um comportamento repetitivo usado para diminuir a sobrecarga sensorial ou lidar com emoções intensas. Existem *stims* comportamentais (como balançar as mãos, pular ou usar objetos sensoriais), verbais (como a repetição de sons) e também mentais (como ouvir sempre a mesma música em *looping* ou focar repetidamente em um pensamento ou sensação, como o gosto de uma bebida). É fundamental entender que o *stim* mental não é o mesmo que hiperfoco, pois seu objetivo não é buscar prazer ou estimulação, mas sim organizar e reduzir o excesso de estímulos. Também não é um interesse especial, pois é apenas um recurso pontual e temporário para a nossa organização diária.

A compreensão dessas características autistas de existir no mundo, aliada às diversas formas de organização cerebral (que podem ocorrer em autistas e alistas), revela que a busca por soluções para os problemas do mundo e o desejo de aprimorá-lo são os grandes motores de nossa atividade mental (Laville & Dionne, 1999). Dessa forma, a inclusão e a valorização dos conhecimentos vivenciais de pesquisadores autistas tornam-se cruciais para a construção de uma pesquisa significativa e socialmente transformadora.

Por este caminho, Moraes (2022) apresenta:

> O campo de pesquisa não está lá longe de nós, em algum lugar distante para o qual vamos de vez em quando. Ele está em nós de diferentes modos: nos afetos da pesquisa que permanecem em nossas vidas, nos percursos que tecemos com as leituras e escritas, nas conversas com amigos, nas reuniões de departamento, na sala de aula, nos espantos e indignações cotidianos. (p. 28).

A experiência de viver em um mundo que é frequentemente caótico, inacessível e cheio de estímulos excessivos nos posiciona como pesquisadores participantes. Nossas características, como hiperfocos, interesses especiais e *stims*, junto à nossa organização cerebral singular, tornam-se ferramentas para a pesquisa. Ao nos dar espaço, nosso trabalho pode mapear e

detalhar os desafios enfrentados no ensino superior e na sociedade, identificando estratégias e recursos concretos que promovam nossa inclusão e participação plena nesse ambiente.

A partir da perspectiva decolonial, a pesquisa COM autistas[2] (Beche, 2024; Moraes, 2010) no ensino superior se torna um campo de luta por justiça social[3] e epistêmica, que busca decolonizar o saber e emancipar autistas para que suas narrativas e trajetórias acadêmicas sejam validadas. Isso gera embate aos extermínios culturais, históricos e sociais de povos não-ocidentais, subalternizados e oprimidos socialmente (Grosfoguel, 2016), visando trazer a realidade como metodologia de pesquisa e referência (Freire, 1987; 1999).

Dentro da academia, é preciso ter cuidado com pedagogias que impõem formas rígidas de produzir conhecimento, muitas vezes baseadas em normas coloniais e globais que podem ser excludentes. Quando as estruturas de pesquisa apenas reproduzem esses padrões tradicionais sem questionamento, elas podem acabar silenciando saberes subalternos por meio de práticas opressoras, em vez de convidar à construção de novos conhecimentos. Como aponta Freire (1999), a realidade vai além de simples dados; ela é construída pela percepção e vivência de quem a habita.

3.1 A fadiga de acesso na pesquisa e sua estrutura colonial

Junto de uma pedagogia decolonial e uma educação libertadora, como autistas podemos trazer nossas realidades para pensar em realizar nossas pesquisas dentro e fora da academia. Muitos métodos de pesquisa podem ser super estimulantes e gerar sobrecarga em autistas, como pesquisas de campo e entrevistas grupais ou individuais, tanto para participantes quanto para pesquisadores. Obviamente que podem ter autistas que prefiram, mas a questão é como isto acontece e quais são as formas de realizar essas metodologias. A questão se volta ao quão inclusiva se faz a pesquisa e, não, excludente, impossibilitando a construção de conhecimento autista.

Enquanto a pesquisa tradicional exige entrevistas formais com contato visual e análise de postura, a perspectiva decolonial propõe métodos mais flexíveis. As entrevistas podem ocorrer como conversas informais com amigos ou colegas, desde que o sigilo seja mantido (Spink, 2003). Da mesma forma, a pesquisa de campo pode ser integrada à rotina e realidade (Fraser & Gondim, 2004) da pessoa autista, garantindo que ela consiga participar e conduzir o estudo sem as barreiras dos modelos convencionais.

Outra forma de construir metodologia é a própria prática midiática. Considerando que a mídia está interligada ao avanço tecnológico e à globalização (Leitão & Gomes, 2017), na experiência autista, esta população possui grande contato com mídias sociais quando as utiliza para conversar, conectar-se com amigos e para fins educacionais (Skafle, Gabarron & Nordahl-Hansen, 2014; Mashat et al., 2016). Adultos autistas demonstraram maior interesse em usar as mídias sociais para conhecer novas pessoas com interesses em comum, enquanto a manutenção do contato com amigos e familiares através dessas plataformas se mostrou menos relevante para esse grupo, em comparação aos participantes não autistas (Skafle, Gabarron & Nordahl-Hansen, 2014; Gillespie-Lynch et al., 2014).

Desta forma, a utilização das mídias sociais pode ser uma forma de metodologia quando há melhor interação social pela baixa de estímulos do ambiente, quando este acontece de forma controlada dentro dos espaços pessoais de autistas e não envolve a saída ao mundo externo, mas pode acontecer dentro de suas casas, espaços de segurança e conforto. A utilização das

[2]A diferença básica de pesquisar COM autistas e pesquisar SOBRE autistas, onde no primeiro, nós autistas, somos participantes e co-autores da pesquisa, enquanto no último somos objetos de pesquisa sobre os quais conhecimento é produzido a partir da perspectiva alista e, no geral, biomédica.

[3]O conceito de justiça social neste artigo é fundamentado no modelo social da deficiência e na crítica dos estudos feministas. O modelo social desloca a deficiência do indivíduo para as barreiras sociais e ambientais, reconhecendo-a como uma construção social e uma questão de direitos humanos (Gesser, Nuernberg & Toneli, 2012; Diniz, 2007).

mídias pode, também, ser uma questão de acessibilidade, quando muitos autistas, sendo pessoas com deficiência, optam por ou preferem passar mais tempo dentro de suas casas a vivenciar fadigas de acesso.

O termo fadiga de acesso vem dos estudos feministas da deficiência, pela autora Anna Konrad (2021), que apresenta esse processo como uma consequência cotidiana do capacitismo vivido. No caso, podemos elencar que o capacitismo acontece nas relações, estruturas, ambientes, comunicações, atitudes, entre outros, e que violentam pessoas com deficiência e neurodivergentes, uma vez que a sociedade atua como excludente (Nicolau; Gesser & Moraes, 2025; Gesser & Block, 2024; Mello, 2016). A fadiga de acesso transcende a mera experiência individual, revelando a intrincada relação entre as necessidades das pessoas com deficiência e a construção social da deficiência. Ao evidenciar que o acesso depende, em grande medida, da aceitação por parte de indivíduos não deficientes, a fadiga de acesso descortina como os pensamentos, sentimentos e expectativas sociais influenciam diretamente a vivência da deficiência.

É mister reconhecer a heterogeneidade da fadiga de acesso, uma vez que as manifestações desse fenômeno variam consideravelmente entre indivíduos, considerando a diversidade de deficiências, aparentes ou não. Por exemplo, em deficiências aparentes (como as físicas) a fadiga de acesso se apresenta pela luta por acessos físicos, a dificuldade em obter serviço de Libras e a necessidade constante de solicitar auxílio e compreensão. A pessoa com deficiência aparente se vê na posição desgastante de ter que educar as pessoas ao seu redor, pedindo que sua deficiência seja reconhecida e acomodada.

Além disso, em pessoas com deficiências não-aparentes (autismo, TDAH, dislexia, intelectual, entre outros), a invisibilidade da deficiência não a torna menos real ou menos desafiante. A fadiga de acesso, nesse caso, se manifesta na forma de um esforço constante para legitimar a própria experiência, lidando com a descrença, a invalidação e a pressão para se "encaixar" em uma norma que não os representa. A exaustão profunda e repetitiva se manifesta na sobrecarga contínua de ter que educar, justificar suas necessidades específicas, defender os direitos humanos básicos e combater estereótipos, expectativas irreais e discursos capacitistas. Esse desgaste constante impacta diretamente a saúde mental e o bem-estar das pessoas com deficiência.

Um estudo realizado pela CDC (Centros de Controle e Prevenção de Doenças, tradução livre) em 2018, nos Estados Unidos, estimou que 17,4 milhões (32,9%) de adultos com deficiência tenham experimentado sofrimento mental frequente, definido como 14 ou mais dias relatados de saúde mental prejudicada nos últimos 30 dias (CDC, 2023). Acreditamos que potencialmente, esses dados são em decorrência das vivências capacitistas que culminam nas fadigas de acesso. A experiência da fadiga de acesso pode levar indivíduos a optarem por não divulgar suas necessidades ou deficiências, buscando evitar o ônus emocional e social de ter que constantemente justificar, explicar ou defender suas experiências. Essa decisão, contudo, não deve ser confundida com uma tentativa de ocultação, mas sim como uma estratégia de autopreservação diante da falta de compreensão e receptividade do outro.

A revelação da deficiência, em contextos onde prevalece o desconhecimento ou a descrença, pode gerar reações que, além de invasivas, colocam em xeque a legitimidade da experiência relatada. A mudança de postura por parte do interlocutor, frequentemente marcada por questionamentos invasivos ou comentários minimizadores, evidencia como a falta de informação contribui para a perpetuação de estigmas e preconceitos.

3.2 Autistando na pesquisa

Com isso, a necessidade de reconhecer e valorizar as perspectivas e habilidades singulares de autistas no campo da pesquisa se torna cada vez mais urgente. Longe de se limitar a objetos de estudo, indivíduos autistas podem e devem ocupar o espaço de protagonistas na

produção de conhecimento, aproveitando suas características como foco detalhista, pensamento inovador e paixão por áreas de interesse específicas para gerar descobertas significativas. Essas características inatas aos autistas auxiliam na forma como analisam conteúdos, após definirem seus campos de pesquisa, objetos, problemática e metodologia (Elisabeth, 2021).

A atenção aos detalhes, característica frequentemente observada em autistas, pode ser um trunfo valioso em pesquisas que utilizam formas de analisar conteúdos, como Análise do Conteúdo, Temática e Discurso (Rocha & Deusdará, 2005; Caregnato & Mutti, 2006). No entanto, é preciso cuidado para que essa capacidade, se não bem direcionada, não se torne um gatilho para a fadiga de acesso. Autistas podem se destacar na identificação de padrões, categorias e tendências sutis em grandes conjuntos de dados textuais ou visuais. A capacidade de perceber nuances e inconsistências pode enriquecer a categorização e interpretação dos dados. Ferramentas de análise textual e softwares de visualização de dados podem ser aliados importantes nesse processo.

A sensibilidade aos detalhes da linguagem, como escolhas de palavras e estruturas gramaticais, é altamente valiosa para a análise de discurso, pois permite identificar ideologias, relações de poder e posições de sujeito nos textos. No entanto, para que essa atenção minuciosa não cause sobrecarga de informações, é fundamental que o tema da pesquisa seja claramente delimitado. Essa exigência de rigor e foco, quando bem direcionada, encontra um forte alinhamento com os estudos feministas da deficiência. Relacionar nossa perspectiva autista a esses estudos nos permite refletir sobre o protagonismo de grupos subalternos, ampliando a representatividade e aprofundando a análise crítica das relações de poder, saber e conhecimento. A metodologia feminista (Beiras et al., 2017) busca validar narrativas de pessoas marginalizadas. Dessa forma, ao assumirmos o papel de protagonistas, podemos compartilhar nossas próprias histórias, enriquecendo a pesquisa com perspectivas singulares e desconstruindo estereótipos que perpetuam o estigma e a exclusão.

Tanto o movimento feminista quanto o movimento da neurodiversidade desafiam normas sociais e estruturas de poder, buscando promover a justiça social e a inclusão. Autistas, a partir de suas próprias experiências de exclusão e estigmatização, podem trazer uma análise crítica sobre como essas estruturas atuam na sociedade, inclusive dentro do próprio meio acadêmico. Desta forma, para que a participação de autistas na pesquisa seja neuroafirmativa[4], a metodologia deve ser reconstruída a partir do ritmo singular e não-linear de processamento de informações. É crucial reconhecer que essa temporalidade divergente não constitui um atraso a ser tolerado, mas sim a própria velocidade coletiva da investigação (Price, 2024; 2012). Ao basearmos a pesquisa nesse ritmo autista, deixamos de tratar a adaptação como uma concessão individual, para validá-la como uma condição ética que potencializa a construção de um conhecimento a partir da experiência situada neurodivergente e defiça.

Por fim, é crucial desconstruir a ideia de uma "voz única" (Adichie, 2019; Anzaldúa, 2005; Lugones, 2020) que represente todas as experiências autistas. A pesquisa participativa, onde autistas são coautores e colaboradores ativos em todas as etapas, é essencial para garantir a pluralidade de vozes e perspectivas dentro do espectro autista. Ao adotarmos essa postura ética e inclusiva, contribuímos para a construção de um conhecimento mais rico, representativo e capaz de promover mudanças sociais positivas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encaminhando para a finalização, este ensaio encontra sua síntese na experiência situada de nossa autoria, composta pela pesquisadora principal autista, um pesquisador autista e um

[4] Entendemos como neuroafirmação os processos, práticas e políticas que validam, respeitam e incluem as necessidades e direitos de pessoas neurodivergentes. Afirmar a neurodivergência e ter suportes para que possa ser expressada é um processo de neuroafirmação (Nicolau, 2025; Price, 2022; Walker, 2021).

pesquisador não-autista, que compartilham a vivência do capacitismo na academia. Apesar de nossas diferentes neuroexpressões, todos vivenciamos de maneira compartilhada os efeitos da exclusão estrutural: a exaustão da fadiga de acesso (Konrad, 2021) e a dificuldade em traduzir nossas vivências em uma linguagem validada pelo cânone neuronormativo.

Desta forma, para atingir o objetivo do artigo de compreender e afirmar a experiência de pesquisadores autistas na academia, procuramos demonstrar a importância de sua autonomia de estar em consonância com suas características e necessidades individuais, pois são um pilar fundamental para a construção de uma academia inclusiva e epistemologicamente diversa. Com isso, acreditamos que transcende a justiça social, configurando-se como um impulso à qualidade da produção científica em múltiplas dimensões. E, para corroborar com o objetivo, articulamos a neurodiversidade com os estudos feministas da deficiência e a teoria crip como um novo quadro metodológico para a pesquisa.

A neurodiversidade, inerentemente, implica uma pluralidade de processos cognitivos, abrangendo desde a forma como a informação é processada e analisada até as estratégias de resolução de problemas. Assegurar que pesquisadores autistas tenham a autonomia para moldar suas investigações a partir de suas perspectivas singulares – desde a formulação do problema de pesquisa até a interpretação dos resultados – promove implicações epistemológicas políticas no campo da pesquisa, e abre espaço na academia para a emergência de abordagens originais de questionamentos, desafiando os cânones tradicionais e expandindo as fronteiras do conhecimento. Isso fissura o saber colonial, ocidental, branco, cis e neurotípico para validar o pensamento divergente, latino, neurodivergente e defiça.

O interesse especial autista por temas específicos impulsiona a exploração de campos negligenciados, descortinando novos objetos de estudo e gerando conhecimento original e relevante. Paralelamente, a vivência singular de navegar em um mundo pouco adaptado confere ao pesquisador autista uma sensibilidade aguçada para identificar lacunas nos métodos tradicionais. Ao propormos adaptações metodológicas que atendam a essas demandas, contribuímos para a construção de uma ciência mais acessível e democrática, transformando necessidades individuais em inovação epistemológica para toda a comunidade científica. Isso também não exime qualquer pessoa pesquisadora do assunto de manter rigor metodológico, mas abre a possibilidade de termos conhecimentos advindos de lugares e experiências diferentes, ampliando o escopo do conhecimento possível, promovendo, justamente, esses novos lugares de saber (Haraway, 1995).

Embora, o estudo se configure como um ensaio teórico-metodológico baseado em auto-narrativas, percebe-se que uma das limitações se pauta como estrutural da academia em acolher o ritmo divergente e a epistemologia defiça e que pelo ensaio ser baseado na experiência da autora e autores de vivenciarem o capacitismo na academia e a exclusão estrutural, culminou na fadiga de acesso tanto de experiência encarnada, quanto de colocarem em palavras escritas em linguagem neuronormativa tal processamento.

Por fim, a inclusão da perspectiva autista na pesquisa, de forma autônoma e protagonista, garante que nossas narrativas e experiências sejam consideradas na busca por soluções para os desafios sociais contemporâneos. Seja no desenvolvimento de tecnologias assistivas, na formulação de políticas públicas inclusivas ou na desconstrução de estigmas, a participação ativa de pesquisadores autistas confere maior legitimidade, impacto social e poder transformador à produção científica, além de garantir um dos principais pilares éticos da luta anticapacitista: nada sobre nós sem nós.

A persistência desses desafios, que permeiam até mesmo a escrita deste trabalho, não aponta para uma falha individual, mas sim para a limitação estrutural da academia em acolher o ritmo divergente e a epistemologia defiça. Reconhecer essa convergência de experiências confirma que a representatividade autista na academia é um direito, não um favor, e um pilar

para a decolonização do saber e uma abertura para a diversidade e pluralidade de conhecimentos que só têm a favorecer o meio acadêmico.

REFERÊNCIAS

Adichie, C. N. (2015). *O perigo de uma história única*. Companhia das Letras.

Adichie, C. N. (2019). *Sejamos todas feministas*. Companhia das Letras.

Anzaldúa, G. (2000). La conciencia de la mestiza: rumo a uma nova consciência. *Estudos Feministas*, 13, 704–719. https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300015

Anzaldúa, G. (2005). Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo [Speaking in tongues: A letter to third world women writers]. *Estudos Feministas*, 8, 229–236.

Baron-Cohen, S., Auyeung, B., Nørgaard-Pedersen, B., Hougaard, D. M., Abdallah, M., Melgaard, L., … Liew, S (2015). Elevated fetal steroidogenic activity in autism. *Molecular Psychiatry*, 20, 369–376. https://doi.org/10.1038/mp.2014.48

Baron-Cohen, S., Lombardo, M. V., Auyeung, B., Ashwin, E., Chakrabarti, B., & Knickmeyer, R. (2011). Why are autism spectrum conditions more prevalent in males? *PLoS Biology*, 9. https://doi.org/10.1371/journal.pbio.1001081

Beche, R. C. E. (2024). *Mulheres defiças: histórias de enfrentamento ao capacitismo no ensino superior*. Encontrografia Editora.

Beiras, A., Cantera Espinosa, L. M., & Casasanta Garcia, A. L. (2017). La construcción de una metodología feminista cualitativa de enfoque narrativocrítico. *Psicoperspectivas*, 16, 54–65. https://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol16-issue2-fulltext-1012

Brasil. (2012). *Lei nº 12.764, de 27 de Dezembro de 2012*. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial da União.

Caregnato, R. C. A., & Mutti, R (2006). Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 15, 679–684. https://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072006000400017

Centers for Disease Control and Prevention. (2023). The Mental Health of People with Disabilities. *CDC*. https://www.cdc.gov/ncbddd/disabilityandhealth/features/mental-health-for-all.html

Chapman, R. (2023). *Empire of normality: Neurodiversity and capitalism*. Pluto Press.

Curiel, O. (2020). Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In H. B. de Hollanda, A. Varejão, … [et al.] (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais* (pp. 120 –138). Bazar do Tempo.

Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. Boitempo.

Diniz, D. (2007). *O que é deficiência?* Coleção primeiros passos. São Paulo: Editora Brasiliense.

Elisabeth, J. (2021). *Autistic Traits vs Autistic Trauma*. Trauma Geek. https://www.traumageek.com/blog/autistic-traits-and-trauma

Ferrari, M. B. (2020). Feminismos descoloniales y discapacidad: hacia uma conceptualización de la colonialidad de la capacidade. *NÓMADAS*, 52, 115–131. https://doi.org/10.30578/nomadas.n52a7

Fraser, M., & Gondim, S. (2004). Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. *Paidéia*, 14, 139–152. https://doi.org/10.1590/S0103-863X2004000200004

Freire, P. (1999). Criando Métodos de Pesquisa Alternativa: aprendendo a fazê-la melhor por meio da ação. In C. Brandão (Org.). *Pesquisa Participante*. Brasiliense.

Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*, 17a. Ed. Paz e Terra.

Gesser, M., & Moraes, M. (2023). Ofensivas capacitistas e o medo de um planeta aleijado: desafios para o ativismo defiça. *Athenea Digital*, 23, 1–20. https://doi.org/10.5565/rev/athenea.3310

Gesser, M., Nuernberg, A. H. & Toneli, M. J. F. (2012). A contribuição do modelo social da deficiência à psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 24(3), 557-566. Available at: http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822012000300009

Gillespie-Lynch, K., et al. (2014). Intersections between the autism spectrum and the internet: Perceived benefits and preferred functions of computer-mediated communication. *Intellectual and Developmental Disabilities*, 52, 456–469. https://doi.org/10.1352/1934-9556-52.6.456

Grosfoguel, R. (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, 31, 25–49. https://www.scielo.br/j/se/a/xpNFtGdzw4F3dpF6yZVVGgt

Haraway, D. (1995). Saberes localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), Artigo 5.

Harmens, M., Sedgewick, F., & Hobson, H. (2022). Autistic women's diagnostic experiences: Interactions with identity and impacts on well-being. *Women's Health*, 18. https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC9666868/

Hull, L., Petrides, K. V., & Mandy, W. (2020). The Female Autism Phenotype and Camouflaging: a Narrative Review. *Rev J Autism Dev Disord*, 7, 306–317. https://doi.org/10.1007/s40489-020-00197-9

Konrad, A. M. (2021). Access fatigue: The rhetorical work of disability in everyday life. *College English*, 83, 179–199. https://doi.org/10.5744/collegeenglish.15912478

Laville, C., & Dionne, J. (1999). Problema e problemática. In L. M. Siman (Org.). *A Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas* (pp. 85–102). UFMG.

Leitão, D. K., & Gomes, L. G. (2017). Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. *Revista Antropolítica*, 42. https://doi.org/10.22409/antropolitica2017.1i42.a41884

Lugones, M. (2020). Colonialidade e Gênero [Coloniality and Gender]. In H. B. de Hollanda, A. Varejão, … [et al.]. (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Bazar do Tempo.

Mashat, A., Wald, M., & Parsons, S. (2016). Investigating the use of social media technologies by adults with autism spectrum disorder in Saudi Arabia. In M. Antona & C. Stephanidis (Org.). *Universal Access in Human-Computer Interaction. Users and Context Diversity.* UAHCI 2016. Lecture Notes in Computer Science. Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-319-40238-3_22

McRuer, R. (2006). *Crip Theory: Cultural Signs of Queerness and Disability*. New York University Press.

Mello, A. G. de., Aydos, V. & Schuch, P. (2022). Aleijar as antropologias a partir das mediações da deficiência. *Horizontes Antropológicos*, 28, 64, p. 7-29. https://doi.org/10.1590/S0104-71832022000300001

Mello, A. G. de. (2016). Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(10), http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320152110.07792016

Mirra, H. H. (2023). *Holotropism: a multi-dimensional, spacious, edgeless terrain*. Medium. https://hmirra.medium.com/holotropism-1cdf99c00b74

Moraes, M. (2022). PesquisarCOM: permanências e reparações. In M. Silveira, M. Moraes, & L. C. T. Quadros (Orgs.), *PESQUISARCOM: caminhos férteis para a pesquisa em psicologia* (pp. 21-42). Rio de Janeiro: NAU Editora.

Moraes, M. (2010). PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual. In M. Moraes & V. Kastrup (Org.). *Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual* (pp. 26-51). Nau Editora.

Murray, F. (2018). *Me and Monotropism: A unified theory of autism*. The Psychologist. https://www.bps.org.uk/psychologist/me-and-monotropism-unified-theory-autism

Nicolau, G. (2025). A decolonização do autismo a partir do protagonismo autista. Sessão de comunicação - Da Contemporaneidade à Antiguidade. *Universidade de Coimbra*. https://www.youtube.com/live/9RZo0K6bTFU?si=G0TRKLg-49D3BPD0

Nicolau, G., Gesser, M., & Oliveira Moraes, M. (2025). A história da colonização do autismo. *Quaderns de Psicologia*, 27(2). https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.2174

Nicolau, G., & Assis, P. (2023). Considerações Interseccionais sobre a Prática da Comunicação Não-Violenta. *Revista Direitos Humanos e Transdisciplinaridade*, 1. https://doi.org/10.22478/ufpb.1887-8214.2023v1n1.66850

Piterman, A. (2022). Autistic Women and Masking: The Road to Closing the Gender Based Gap in Autism Spectrum Disorder Diagnoses. *Harvard University Division of Continuing Education*.

Price, D. (2022). *Unmasking autism: Discovering the new faces of neurodiversity*. Harmony Books.

Price, M. (2024). *Crip spacetime: Access, failure, and accountability in academic life*. Duke University Press.

Price, M. (2012). Disability studies methodology: Explaining ourselves to ourselves. In K. M. Powell & P. Takayoshi (Org.). *Practicing research in writing studies* (pp. 159–186). Hampton Press.

Rocha, D., & Deusdará, B. (2005). Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. *Alea: Estudos Neolatinos*, 7, 305-322. https://dx.doi.org/10.1590/S1517-106X2005000200010

Sheffer, E. (2019). *Crianças de Asperger: as origens do Autismo na Viena Nazista*. Editora Record.

Skafle, I., Gabarron, E., & Nordahl-Hansen, A. (2014). Social media shaping autism perception and identity. *Autism*, 0. https://doi.org/10.1177/13623613241230454

Spink, P. K. (2003). Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*, 15, 18-42. https://www.scielo.br/j/psoc/a/nSkXqD7jKvgdrTFYGmTF8gP/abstract/?lang=pt

Walker, N. (2021). *Neuroqueer Heresies: notes on the neurodiversity paradigm, autistic empowerment, and postnormal possibilities*. Autonomous Press.

Zanella, A. V. (2013). Sobre começos e recomeços. In A. V. Zanella (Org.). *Perguntar, registrar, escrever: inquietações metodológicas* (pp. 51-81). Ed. da UFRGS/Sulina.